

**Classes sociais e distribuição de  
renda no Brasil dos anos noventa**

**Waldir José de Quadros  
Davi José Nardy Antunes**

**Cadernos do CESIT  
n. 30, out. 2001**



# Classes sociais e distribuição de renda no Brasil dos anos noventa

Waldir José de Quadros<sup>1</sup>  
Davi José Nardy Antunes<sup>2</sup>

## Resumo

O artigo aborda a questão da distribuição de renda brasileira nos anos noventa através de uma nova metodologia, calcada em classes sócio-ocupacionais. Ela revela uma situação algo diferente da que pode ser vista por análises mais convencionais como as baseadas em índices de Gini e/ou de Theil. Os resultados indicam claramente que, em média, alguns poucos segmentos sociais lograram melhorar de situação, alguns outros mantiveram-se numa posição intermediária e os demais perderam ou ficaram numa situação pior.

**Palavras-chave:** Brasil – Distribuição de renda; Brasil – Anos noventa; Desemprego.

## Abstract

This paper discusses the question of Brazilian's income distribution in the nineties through a new methodology, based in socio-occupational classes. It reveals a situation some different of the usual one, viewed by a conventional analysis that uses the Gini and/or Theil index. The results shows indubitably that, in average, a few social segments gets a better position, some groups continuous in a stationary position and another groups have some losses.

**Key words:** Brazil – Income distribution; Brazil – Nineties; Unemployment.

## Introdução

A gravidade da desigualdade social e da concentração da renda no Brasil dispensa maiores discussões.<sup>3</sup> Entretanto, na análise do comportamento destes fenômenos durante a década de noventa no Brasil parece-nos que cabem algumas observações adicionais.

---

(1) Professor do Instituto de Economia da Unicamp.

(2) Pesquisador do Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho (CESIT) do Instituto de Economia da Unicamp.

(3) Um balanço recente e bastante abrangente do período de 1950 até a década de oitenta, com o qual manifestamos ampla concordância, encontra-se em Henrique (1999).

Usualmente, os analistas baseiam seus estudos sobre concentração na evolução dos índices de Gini e T de Theil. Nestas bases, e ainda que revelando várias distinções valorativas, uma série ampla de interlocutores qualificados nesta temática aponta ou para a **estabilidade** ou para **discretas variações**, algumas delas até mesmo positivas. De qualquer forma, todos parecem concordar em que durante a década de noventa não ocorreram pioras significativas num quadro social historicamente excludente.<sup>4</sup>

A partir daí, as controvérsias deslocariam-se para o campo das interpretações e das proposições de soluções.

Neste trabalho pretendemos esboçar uma abordagem alternativa ao acompanhamento daqueles indicadores (que se fundamentam nas características dos indivíduos), buscando apreender o que se passa no âmbito das classes sociais.

Observando a situação por este ângulo, as indicações ainda preliminares que estamos encontrando em nossas pesquisas acadêmicas apontam para um cenário bastante distinto daquele traçado pelo enfoque usual. Ao contrário de uma certa estabilidade na posição dos “de cima” e dos “de baixo”, os resultados indicam claramente que, em média, alguns poucos segmentos sociais lograram melhorar de situação, alguns outros mantiveram-se numa posição intermediária e os demais perderam ou ficaram na pior.

Porém, antes de passarmos à apresentação dos resultados, faz-se necessário algumas breves observações metodológicas. Para tornar operacional o conceito de classes sociais, segundo uma abordagem que o autor vem desenvolvendo há algum tempo, tomamos como referência o tratamento proposto por W. Mills (1969), que consiste em analisar a sociedade a partir de sua estrutura ocupacional.

Inspirando-se na forma como este autor define e constrói a estrutura ocupacional de uma economia capitalista contemporânea, procuramos desenvolver uma estrutura equivalente para o Brasil, levando em conta as possibilidades oferecidas pelos inquéritos domiciliares do IBGE (Censo Demográfico e PNAD).

---

(4) Cf., entre outros, Barros, Henriques & Mendonça (2001); Ferreira (2000); Hoffmann (1998); IBGE (2001); Ramos & Vieira (2001) e Rocha (2000).

Sinteticamente, a partir do agrupamento das distintas ocupações e do cruzamento com a situação na ocupação, construímos uma série de “grupos ocupacionais” que, quando hierarquizados, conformam a estrutura ocupacional.<sup>5</sup> Por sua vez, a agregação dos indivíduos ocupados em suas famílias, conforma a estrutura “sócio-ocupacional”.<sup>6</sup> É com base nesta estratificação sócio-ocupacional que pretendemos nos aproximar da estrutura das classes sociais.

Outras observações dizem respeito à fonte dos dados utilizados (a PNAD) e a periodização adotada neste ensaio (1992-1998).

Em primeiro lugar, deve-se apontar um certo viés subestimador da concentração da renda pessoal captada pela PNAD. É voz corrente entre aqueles envolvidos com os inquéritos domiciliares a percepção de que as pessoas melhor situadas omitem uma parcela considerável de seus rendimentos familiares. Ou seja, é possível admitir-se que na realidade a concentração da renda é significativamente mais acentuada do que aquela que se constata com base na PNAD (e no Censo Demográfico).

Em segundo lugar, queremos explicitar o caráter provisório da periodização adotada. Em relação ao final do período, 1998, estamos concluindo o processamento da PNAD de 1999, a última da década. Quanto ao início, partimos de 1992 porque é a primeira PNAD com a metodologia atualmente em vigor. Entretanto, pretendemos em breve compatibilizar as metodologias e também contemplar a situação vigente em 1989 na caracterização do ponto de partida para as transformações econômicas e sociais dos anos noventa. Esta providência se impõe, entre outras razões pelo comportamento atípico que se verifica em 1992 em que, apesar do “fundo do poço” da recessão do Governo Collor, os dados indicam uma redução do índice de Gini que destoa de uma série mais completa.<sup>7</sup> Por fim, pretendemos examinar todas as PNADs da década e não apenas aquelas dos anos limítrofes. Com isso, poderemos também ter uma visão mais clara sobre os impactos do Governo Collor e do Plano Real, no âmbito desta metodologia.

---

(5) A composição destes “grupos ocupacionais” encontra-se no Apêndice Metodológico.

(6) Os indivíduos ocupados de uma mesma família domiciliar são agrupados e a família é classificada a partir do membro melhor situado, seja ele chefe da família ou não. Ao se contemplar os demais membros da família (os não ocupados e os inativos), chega-se à população.

(7) Cf., entre outros, Ferreira (2000) e Hoffmann (1998).

## Os resultados obtidos

Os resultados parciais obtidos nas pesquisas em curso estão resumidos nas Tabelas 1 e 2. A primeira delas apresenta nas quatro colunas iniciais a estrutura populacional e de rendimentos dos diversos grupos sócio-ocupacionais, nos anos de 1992 e 1998. As duas últimas colunas apresentam os rendimentos médios relativos, que resultam da divisão dos rendimentos médios nominais de cada um dos grupos pelos rendimentos médios nominais dos trabalhadores domésticos (tomados como representativos da base do mercado de trabalho urbano). A Tabela 2 apresenta a proporção de desocupados na PEA dos diversos grupos.<sup>8</sup>

Como se observa nestas tabelas, os grupos ocupacionais estão agregados em quatro camadas. A primeira delas é composta pelos proprietários que empregam mão de obra assalariada e pela alta classe média, assalariada ou não. Estes grupos, grosso modo, conformam a “elite” socioeconômica. A segunda camada engloba os “setores intermediários”, a saber: a média classe média, assalariada ou autônoma, e os proprietários do pequeno negócio familiar urbano (comércio e serviços). A terceira camada é formada pelo que denominamos “massa trabalhadora urbana”, constituída pela baixa classe média assalariada, pelos segmentos operários e demais assalariados populares e pelos segmentos inferiores dos trabalhadores autônomos. A quarta camada agrega a base do mercado de trabalho urbano (segmentos mais baixos de trabalhadores assalariados e autônomos e as empregadas domésticas, que a rigor devem ser incluídos na massa trabalhadora urbana) e, majoritariamente, a “massa rural” de agricultores familiares e trabalhadores rurais.

Tabela 1  
População total e estrutura de rendimentos  
Brasil (1992 e 1998)

---

(8) O conceito de desocupação empregado neste ensaio é mais amplo do que aquele definido pela PNAD, que contempla apenas os desocupados que procuraram ocupação na **semana** do inquérito. Nossa temporalidade é distinta, contemplando -se o **ano** todo como período de busca.

Grupos	% População		% Renda Total		Rend. Médios Relativos		
	1992	1998	1992	1998	1992	1998	
<b>Sócio-Ocupacionais</b>							
<b>1ª Camada</b>							
A	Proprietários Empregadores	5,8	5,5	14,4	15,5	6,9	8,1
B	Profissionais Empregadores	0,2	0,4	0,9	2,0	13,3	15,7
C.1	Profissionais Autônomos – Camada Superior	0,5	0,7	2,2	3,4	12,2	14,8
D.1	Alta Classe Média Assalariada	6,9	6,7	18,7	18,3	7,4	7,9
C.2	Profissionais Autônomos – Camada Média	0,7	0,6	1,3	1,2	5,3	5,8
	Sem Ocupação	1,1	1,4	3,6	4,8	9,2	9,6
<b>2ª Camada</b>							
D.2	Média Classe Média Assalariada	6,4	7,0	8,5	9,3	3,7	3,8
F.1	Trabalhadores Autônomos – Camada Superior	1,8	2,6	2,1	2,7	3,3	2,9
C.3	Profissionais Autônomos – Camada Inferior	0,5	0,7	0,5	0,7	3,2	3,2
E	Proprietários Conta Própria – Urbanos	4,7	4,5	5,0	4,6	2,9	2,9
	Sem Ocupação	1,1	0,8	1,0	0,7	2,4	2,6
<b>3ª Camada</b>							
	Operários e Assal. Populares – Camada	44,6	44,9	33,4	30,0	2,1	1,9
G.1	Superior	10,7	9,5	9,5	7,6	2,4	2,3
D.3	Baixa Classe Média Assalariada	12,0	11,7	11,9	10,3	2,7	2,5
L	Ignorados	0,2	0,1	0,1	0,1	1,6	1,9
F.2	Trabalhadores Autônomos – Camada Média	6,8	7,8	4,0	4,4	1,6	1,6
G.2	Operários e Assal. Populares – Camada Média	12,5	12,7	6,7	6,1	1,5	1,4
J	Trabalhadores Não Remunerados *	-	0,3	-	0,2	-	1,9
F.3	Trabalhadores Autônomos – Camada Inferior	1,3	0,8	0,7	0,4	1,4	1,5
	Sem Ocupação	1,1	1,9	0,5	0,9	1,3	1,4
<b>4ª Camada</b>							
M	Auto Construção – Não Ocupados	0,1	0,1	0,0	0,0	1,0	1,5
F.4	Trabalhadores Autônomos – Camada Baixa	0,5	0,6	0,2	0,2	1,2	1,1
	Operários e Assal. Populares – Camada						
G.3	Inferior	2,3	2,8	0,8	0,9	1,0	0,9
I	Trabalhadores Domésticos	2,8	3,3	1,0	1,2	1,0	1,0
H.3	Assalariados Rurais Permanentes	4,2	3,2	1,3	0,9	0,8	0,8
N	Autoconsumo – Não Ocupados	0,7	0,6	0,4	0,2	1,4	1,1
H.1	Proprietários Conta Própria – Rurais	10,1	8,0	3,6	2,4	1,0	0,9
H.4	Assalariados Rurais Temporários	2,1	2,0	0,5	0,5	0,7	0,6
J	Trabalhadores Não Remunerados *	0,3	-	0,1	-	1,0	-
H.2	Trabalhadores Autônomos Rurais	0,5	0,5	0,2	0,1	0,8	0,6
K	Ocupados com Autoconsumo	0,2	0,4	0,1	0,1	0,9	0,8
	Sem Ocupação	1,9	2,8	0,2	0,3	0,3	0,3
<b>Total</b>		<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>2,7</b>	<b>2,9</b>

\* O grupo J, residual em termos familiares, encontra-se na 4ª Camada em 1992 e na 3ª em 1998.

Fonte: IBFE. PNAD. Elaboração dos autores.

Tabela 2

Porcentagem dos desocupados na PEA – Brasil (1992 e 1998)

<b>Grupos</b>		<b>1992</b>	<b>1998</b>
<b>Sócio-Ocupacionais</b>			
<b>1ª Camada</b>		<b>6,1</b>	<b>6,8</b>
<b>A</b>	Proprietários Empregadores	3,9	4,1
<b>B</b>	Profissionais Empregadores	4,1	5,0
<b>C.1</b>	Profissionais Autônomos – Camada Superior	5,2	5,4
<b>D.1</b>	Alta Classe Média Assalariada	7,9	9,4
<b>C.2</b>	Profissionais Autônomos – Camada Média	7,4	7,3
<b>2ª Camada</b>		<b>8,5</b>	<b>9,6</b>
<b>D.2</b>	Média Classe Média Assalariada	10,5	11,3
<b>F.1</b>	Trabalhadores Autônomos – Camada Superior	7,9	9,9
<b>C.3</b>	Profissionais Autônomos – Camada Inferior	8,7	9,0
<b>E</b>	Proprietários Conta Própria – Urbanos	6,1	7,0
<b>3ª Camada</b>		<b>10,9</b>	<b>13,5</b>
<b>G.1</b>	Operários e Assal. Populares – Camada Superior	12,0	14,7
<b>D.3</b>	Baixa Classe Média Assalariada	10,0	12,7
<b>L</b>	Ignorados	1,9	8,7
<b>F.2</b>	Trabalhadores Autônomos – Camada Média	9,2	11,5
<b>G.2</b>	Operários e Assal. Populares – Camada Média	12,2	15,2
<b>J</b>	Trabalhadores Não Remunerados *	3,0	-
<b>F.3</b>	Trabalhadores Autônomos – Camada Inferior	8,2	10,1
<b>4ª Camada</b>		<b>4,1</b>	<b>6,2</b>
<b>M</b>	Auto Construção – Não Ocupados	14,5	24,4
<b>F.4</b>	Trabalhadores Autônomos – Camada Baixa	7,4	10,5
<b>G.3</b>	Operários e Assal. Populares – Camada Inferior	12,7	15,3
<b>I</b>	Trabalhadores Domésticos	9,0	14,1
<b>H.3</b>	Assalariados Rurais Permanentes	3,9	5,2
<b>N</b>	Autoconsumo – Não Ocupados	3,2	3,3
<b>H.1</b>	Proprietários Conta Própria – Rurais	1,2	1,3
<b>H.4</b>	Assalariados Rurais Temporários	6,9	8,3
<b>J</b>	Trabalhadores Não Remunerados *	-	4,5
<b>H.2</b>	Trabalhadores Autônomos Rurais	3,0	3,5
<b>K</b>	Ocupados com Autoconsumo	1,9	4,0
<b>Sub-Total</b>		<b>8,0</b>	<b>10,1</b>
Sem Ocupação		100,0	100,0
<b>Total</b>		<b>8,7</b>	<b>11,2</b>

\* O grupo J, residual em termos familiares, encontra-se na 4ª camada em 1992 e na 3ª em 1998.

Fonte: IBGE, PNAD. Elaboração dos autores.

Pois bem, em termos bastante panorâmicos, o que estes dados sugerem é que, diante das profundas transformações econômicas e sociais ocorridas no Brasil



após 1989, apenas a elite sócio-ocupacional logrou aumentar sua participação na renda declarada, tanto em termos totais como em termos relativos, evidenciando uma ampliação das desigualdades sociais. Os setores intermediários praticamente mantêm suas posições e os perdedores localizam-se na massa trabalhadora urbana e na massa rural.

Por sua vez, os dados da Tabela 2 indicam que o comportamento da desocupação acompanha de perto o comportamento da renda. Ou seja, os segmentos mais penalizados pela concentração da renda são justamente aqueles mais afetados pelo desemprego. Desta forma, os dados sugerem que o principal mecanismo de concentração de renda durante a década dos anos noventa no Brasil foi o desemprego. O qual, em grande medida, explicaria inclusive o comportamento dos rendimentos médios relativos.

Obviamente, o desemprego, a precarização do trabalho e a concentração da renda não esgotam todas as dimensões da crise social brasileira contemporânea. Na média classe média, e mesmo em parcelas mais vulneráveis da alta, deve ser considerado também o peso crescente dos serviços pessoais e sociais privados no custo de vida. Em poucas palavras, o “padrão de vida de classe média” vai se tornando inacessível para importantes parcelas dos setores intermediários. De seu lado, os estratos inferiores são violentamente impactados pela desestruturação social (violência, criminalidade, etc.) e pela desestruturação das instituições públicas que deveriam atendê-los. Basta atentar rapidamente para o que se passa na Justiça, Segurança, Saúde, Educação, Previdência, Habitação, etc.<sup>9</sup>

Outros aspectos desta crise poderiam ser mencionados, inclusive aqueles relacionados com os valores sociais, mas queremos manter o foco no desemprego e avançar na compreensão das dimensões mais sociais deste fenômeno.

Neste sentido, o componente etário merece ser destacado. De fato, quando se considera a distribuição etária do desemprego dos anos noventa, ressalta-se o elevado peso do desemprego juvenil.<sup>10</sup> Os dados das Tabelas 3 e 4 mostram o

---

(9) Uma questão subjacente ao debate sobre concentração e desigualdade nos anos noventa é a avaliação sobre o impacto social das reformas econômicas e institucionais. Uma amostra deste debate pode ser encontrada, por exemplo, em Baer & Maloney (1997) e Neri & Camargo (1999), ambos os trabalhos no campo daqueles que percebem características virtuosas nas reformas, enquanto que em Lessa, Salm, Soares & Dain (1997) e Morley (2000), no campo oposto.

(10) Cf., entre outros, Arias (1998); Pochmann (2000) e Quadros (2001).

seguinte quadro vigente em 1998: 54% dos desocupados possuem até 24 anos de idade, destacando-se a faixa de 15 a 19 anos com 27%! Da mesma forma, esta faixa apresenta a maior taxa de desocupação da PEA, de 25,2%!

Tabela 3  
Evolução da desocupação  
Brasil (1992 e 1998)

<b>Faixas etárias</b>	<b>1992</b> <b>(mil)</b>	<b>1998</b> <b>(mil)</b>	<b>Variação</b> <b>(%)</b>
<b>Total</b>	<b>6.100</b>	<b>8.770</b>	<b>43,8</b>
10 a 14 anos	490	450	(8,2)
15 a 19 anos	1.615	2.380	47,4
20 a 24 anos	1.350	1.870	38,5
25 a 29 anos	850	1.110	30,6
30 a 34 anos	630	850	34,9
35 a 39 anos	440	660	50,0
40 a 49 anos	450	910	102,2
50 a 59 anos	200	380	90,0
60 anos ou mais	80	160	100,0

Fonte: IBGE. PNAD – Elaboração dos autores.

Tabela 4  
Taxa de desocupação da PEA  
Brasil (1992 e 1998)

<b>Faixas etárias</b>	<b>1992</b> <b>(%)</b>	<b>1998</b> <b>(%)</b>
<b>Total</b>	<b>8,7</b>	<b>11,2</b>
10 a 14 anos	12,5	15,5
15 a 19 anos	17,6	25,2
20 a 24 anos	13,4	17,3
25 a 29 anos	8,9	11,3
30 a 34 anos	7,1	8,7
35 a 39 anos	5,7	7,1
40 a 49 anos	4,1	6,4
50 a 59 anos	3,3	5,1
60 anos ou mais	2,0	3,5

Fonte: IBGE. PNAD – Elaboração dos autores.

Por sua vez, e acompanhando o comportamento geral verificado na concentração da renda e no desemprego, os dados da Tabela 5 revelam que o grosso destes jovens origina-se de famílias da massa trabalhadora urbana.

Tabela 5  
Origem familiar dos jovens de 15 a 19 anos desocupados  
Brasil (1992 e 1998)

Grupos familiares de origem	1992		1998	
	mil	%	mil	%
Baixa classe média assalariada	269	16,7	369	15,5
Operários e afins – camada superior	251	15,5	328	13,8
Operários e afins – camada média	269	16,7	387	16,3
Operários e afins – camada inferior	33	2,0	76	3,2
Trabalhadores autônomos – camada média	115	7,1	195	8,2
Empregados domésticos	58	3,6	105	4,4
Nenhuma pessoa ocupada	<b>86</b>	<b>5,3</b>	<b>192</b>	<b>8,1</b>
Subtotal: grupos familiares selecionados	1.081	66,9	1.652	69,5
Total de jovens desocupados	1.615	100,0	2.377	100,0

Fonte: IBGE, PNAD – Elaboração dos autores.

Em nosso entendimento, esta elevada desocupação juvenil representa, ao lado da mortalidade juvenil por causas violentas, um dos principais indicadores da gravidade da crise social que se abate sobre as famílias deste segmento social, e da sociedade em seu conjunto. Ou seja, é a pressão da crise sobre as famílias que explicaria boa parte da pressão sobre os jovens para buscarem qualquer tipo de ocupação no mercado de trabalho e oportunidades.

Assim sendo, recomendações de ampliar a escolarização da força de trabalho como principal medida para se reduzir a concentração e a desigualdade merecem algumas qualificações. Obviamente, a elevação da escolaridade é extremamente meritória em si mesma e seu significado ultrapassa a dimensão ocupacional, ao favorecer melhorias gerais na situação social e na cidadania. Desta forma, e ainda que com distintos pontos de vista, não podemos discordar de Ferreira, quando afirma que “(...) uma transição para um sistema mais igualitário, e com maior oferta de educação, poderia ocorrer via um aumento no poder político das camadas mais pobres da sociedade, passando por um período de maiores (ou melhores) gastos com a qualidade da educação pública” (Ferreira, 2000: 25).

De fato, um dos principais “monopólios sociais” que explicam boa parte das desiguais oportunidades de ascensão social no Brasil é justamente aquele que se

manifesta no acesso seletivo à educação prolongada e de qualidade.<sup>11</sup> Entretanto, por si só, uma autêntica revolução educacional não seria suficiente para enfrentar adequadamente a questão, uma vez que suas repercussões sobre o mercado de trabalho estariam restritas àquelas direta ou indiretamente decorrentes da expansão do sistema de ensino.

Desde logo, a solução mais estrutural requer a expansão das **oportunidades** (o que só pode ser equacionado satisfatoriamente pela retomada do desenvolvimento econômico) e o efetivo **suporte** às famílias mais vulneráveis (pela implementação de vigorosas políticas sociais compensatórias).<sup>12</sup> Desta forma, com suas famílias em melhor situação, uma boa parte destes jovens poderia adiar seu ingresso no mercado de trabalho até, pelo menos, concluírem o segundo grau. Que é a barreira atual aos empregos melhor estruturados para operários, balconistas, escriturários, etc. Esta retirada da PEA de parcela expressiva dos jovens provocaria uma redução relativa da pressão sobre os trabalhadores adultos, contribuindo para melhorar suas condições no mercado de trabalho.

Entretanto, mesmo em termos emergenciais, o tratamento adequado do problema representa um enorme desafio. De imediato passa pela oferta adequada, em termos de vagas e horários, de ensino público e gratuito de qualidade. E, também, pela complexa questão da compatibilização do trabalho juvenil (em termos de jornada e intensidade) com o estudo de qualidade.

Por fim, ainda que estes problemas perpassem toda a sociedade brasileira, eles concentram-se nas grandes aglomerações urbanas e particularmente nas regiões metropolitanas.<sup>13</sup> Uma imagem bastante familiar e ilustrativa desta verdadeira hecatombe social é dada pelas multidões de crianças e jovens ociosos que perambulam sem rumo e desassistidos pelas favelas, ocupações e periferias precárias.<sup>14</sup>

---

(11) Cf. Cardoso de Mello & Novais (1998).

(12) A compreensão de que a problemática da desigualdade e da pobreza requer efetivas medidas compensatórias que vão além do âmbito educacional, e do crescimento econômico puro e simples, está presente, por exemplo, em Barros, Henriques & Mendonça (2001).

(13) Esta dimensão metropolitana, com destaque para a Grande São Paulo, é enfatizada em Rocha (2000: 6).

(14) Uma análise paradigmática desta questão encontra-se em *Para não dizer que não falei de samba: os enigmas da violência no Brasil* (Zaluar, 1998, v. 4).

### **Bibliografia citada**

- ARIAS, Alfonso R. Avaliando a situação ocupacional e dos rendimentos do trabalho dos jovens entre 15 e 24 anos de idade na presente década. In: JOVENS acontecendo na trilha das políticas públicas. Brasília: CNPD, 1998.
- BAER, W., MALONEY, W. Neoliberalismo e distribuição de renda na América Latina. *Revista de Economia Política*, v. 17, n. 3 (67), jul./set. 1997.
- BARROS, Ricardo P. de, HENRIQUES, R., MENDONÇA, R. *A estabilidade inaceitável: desigualdade e pobreza no Brasil*. IPEA, jun. 2001. (Texto para Discussão, n. 800).
- CARDOSO de MELLO, J. M., NOVAIS, Fernando A. Capitalismo tardio e sociabilidade moderna. In: HISTÓRIA da vida privada no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. v. 4.
- FERREIRA, Francisco H. G. *Os determinantes da desigualdade de renda no Brasil: luta de classes ou heterogeneidade educacional?* Rio de Janeiro: PUC, fev. 2000. (Texto para Discussão, n. 415).
- HENRIQUE, W. *O capitalismo selvagem: um estudo sobre desigualdade no Brasil*. Campinas: Unicamp. IE, 1999. (Tese, Doutorado).
- HOFFMANN, R. Desigualdade e pobreza no Brasil no período 1979/1997 e a influência da inflação e do salário mínimo. *Economia e Sociedade*, Campinas, n. 11, dez. 1998.
- IBGE. *Síntese de Indicadores Sociais*. Rio de Janeiro, 2001.
- LESSA, C. F. T. M. R., SALM, C., SOARES, L. T., DAIN, S. Pobreza e política salarial nos anos 90. *Estudos Marxistas*, Praga, n. 3, set. 1997.
- MILLS, C. Wright. *A nova classe média* (Tradução). Rio de Janeiro: Zahar, 1969.
- MORLEY, S. Efecto del crecimiento y las reformas económicas sobre la distribución del ingreso en América Latina. *Revista de la CEPAL*, n. 71, ago. 2000.
- NERI, M., CAMARGO, J. M. *Structural reforms, macroeconomic fluctuations and income distribution in Brazil*. CEPAL, nov. 1999. (Série Reformas Econômicas, CEPAL, n. 39).
- POCHMANN, M. *A batalha pelo primeiro emprego: as perspectivas e a situação atual do jovem no mercado de trabalho brasileiro*. São Paulo: Publisher Brasil, 2000.
- QUADROS, W. J. de. *O desemprego juvenil no Brasil dos anos noventa*. Campinas: Unicamp. IE. CESIT, 2001. (Para publicação nos *Cadernos CEDES*). (Mimeogr.).

- RAMOS, L., VIEIRA, Maria L. *Desigualdade de rendimentos no Brasil nas décadas de 80 e 90: evolução e principais determinantes*. IPEA, jun. 2001. (Texto para Discussão, n. 803).
- ROCHA, S. *Pobreza e desigualdade no Brasil: o esgotamento dos efeitos distributivos do Plano Real*. IPEA, abr. 2000. (Texto para Discussão, n. 721).
- ZALUAR, A. Para não dizer que não falei de samba: os enigmas da violência no Brasil. In: *HISTÓRIA da vida privada no Brasil*. São Paulo: Companhia Das Letras, 1998. v. 4.

## Apêndice Metodológico

A seguir é apresentada a composição dos vários **grupos ocupacionais** adotados no presente estudo.

- A** – Proprietários empregadores. São os proprietários de algum empreendimento em qualquer ramo de atividade econômica, que empregam pelo menos um membro assalariado.
- B** – Profissionais empregadores. São profissionais de tipo liberal que empregam pelo menos um membro assalariado. Os principais componentes são: médicos, dentistas e enfermeiros diplomados; técnicos em contabilidade; outras ocupações técnicas e científicas de nível superior.
- C.1** – Profissionais autônomos – camada superior. Principais componentes: médicos, dentistas e enfermeiros diplomados; engenheiros e arquitetos.
- D.1** – Alta classe média assalariada. Principais componentes: administradores, gerentes e chefes; médicos, dentistas e enfermeiros diplomados; engenheiros e arquitetos; professores de ensino superior; outras ocupações técnicas e científicas de nível superior.
- C.2** – Profissionais autônomos – camada média. Principais componentes: ocupações qualificadas do comércio; outras ocupações técnicas e científicas de nível médio.
- D.2** – Média classe média assalariada. Principais componentes: ocupações de defesa nacional e segurança pública; outras ocupações técnicas e científicas de nível médio; professores do segundo grau; mestres e contramestres; ocupações qualificadas do comércio; técnicos de contabilidade.
- F.1** – Trabalhadores autônomos – camada superior. Principais componentes: motoristas; ocupações de reparação de veículos; outras ocupações da metal-mecânica.

- E** – Proprietários por conta própria – urbanos. São os proprietários que não empregam mão de obra assalariada em seus empreendimentos (urbanos), atuando sozinho ou com ajuda de familiares (não remunerados). Concentram-se no comércio e na prestação de serviços.
- C.3** – Profissionais autônomos – camada inferior. Principais componentes: Professores primários; Mestres e contramestres; ocupações auxiliares da saúde; ocupações auxiliares de engenharia e arquitetura.
- G.1** – Operários e Assalariados Populares – camada superior. Principais componentes: motoristas; eletricitas e radiotécnicos; outras ocupações da metal-mecânica; mecânicos; operadores de máquinas (exceto construção civil); torneiros mecânicos.
- L** – Ignorados. São aqueles que não informaram suas ocupações.
- D.3** – Baixa classe média assalariada. Principais componentes: balconistas e caixas; auxiliares de escritório e afins; professores primários; ocupações auxiliares da saúde; outras ocupações burocráticas.
- F.2** – Trabalhadores autônomos – camada média. Principais componentes: pedreiros; vendedores de jornais e ambulantes; alfaiates e costureiros; outras ocupações da construção civil; eletricitas e radiotécnicos; marceneiros e carpinteiros.
- G.2** – Operários e Assalariados Populares – camada média. Principais componentes: porteiros, vigias e faxineiros; garçons e cozinheiros; outras ocupações da indústria; ocupações da reparação de veículos; pedreiros; outras ocupações da construção civil; alfaiates e costureiros; outras ocupações do vestuário e calçados; marceneiros e carpinteiros; expedidores e embaladores; outras ocupações do transporte e comunicações.
- F.3** – Trabalhadores autônomos – camada inferior. Principais componentes: ocupações dos serviços de higiene pessoal; trabalhadores braçais.
- H.1** – Proprietários por conta própria – rurais. São os proprietários que não empregam mão de obra assalariada em seus empreendimentos (rurais), atuando sozinho ou com o auxílio de familiares (não remunerados).



- G.3** – Operários e assalariados populares – camada inferior. Principais componentes: Serventes de pedreiro; vendedores de jornais e ambulantes.
- F.4** – Trabalhadores autônomos – camada baixa. Principais componentes: outras ocupações da indústria de vestuário e calçados; outras ocupações da indústria têxtil.
- H.3** – Assalariados rurais permanentes. Dispensam apresentação.
- I** – Empregados domésticos. Dispensam apresentação.
- H.2** – Trabalhadores autônomos rurais. Dispensam apresentação.
- H.4** – Assalariados rurais temporários. Dispensam apresentação
- M** – Autoconstrução – não ocupados. São os membros que se declararam não ocupados na semana de referência, mas que estiveram ocupados com construção própria ou reformas.
- N** – Autoconsumo – não ocupados. São os membros que se declararam não ocupados na semana de referência, mas que estiveram ocupados com produção para seu próprio consumo.
- K** – Ocupados com o autoconsumo. É semelhante ao grupo N. São os membros que se declararam ocupados na semana de referência e cuja ocupação é a produção para seu próprio consumo.
- J** – Trabalhadores não remunerados. São os membros que auxiliam seus familiares nos empreendimentos por conta própria, sem remuneração regular, tanto no setor rural como no urbano.